

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Santa Marcelina Cultura"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstração do Superávit (Déficit) do Exercício	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz)
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de janeiro de 2020.

Cokinós & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

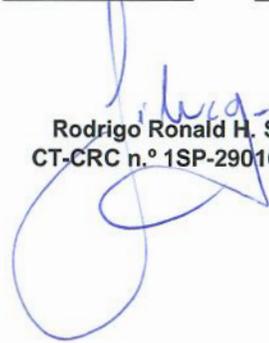


DEMÉTRIO COKINOS
Contador
CRC-1SP120.410/O-2
CNAI nº 0385

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 (Matriz)
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL SANTA MARCELINA CULTURA - ASSOCIAÇÃO
 Em reais

ATIVO		N.E	2019	2018	PASSIVO		N.E	2019	2018
Circulante			217.327	413.810	Circulante			6.852	106.732
Caixa e equivalentes de caixa	(04)		217.327	403.370	Projeto a executar		-	-	99.981
Outros créditos			-	10.440	Fornecedores		6.852	6.852	6.751
Não Circulante			2.671.863	2.985.318	Não Circulante		2.882.338	3.292.396	
Permanente			2.671.863	2.985.318	Patrimônio Líquido	(07)	2.882.338	3.292.396	
Imobilizado	(05)		2.671.863	2.985.318					
TOTAL DO ATIVO			<u>2.889.190</u>	<u>3.399.128</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>2.889.190</u>	<u>3.399.128</u>	


Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


Rodrigo Ronald H. Silva
 CT-CRC n.º 1SP-290165/O-2

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

(Matriz)

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

Em reais

	N.E	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		283.826	450.257
Receitas operacionais		283.826	450.257
Receitas próprias		203.350	406.433
Doações	(8.b)	60.496	21.951
Receitas financeiras		8.480	21.873
Receitas com trabalhos voluntários	(10)	11.500	-
DESPESAS OPERACIONAIS		(693.884)	(789.358)
Despesas operacionais		(693.884)	(789.358)
Despesas administrativas		(436.699)	(668.037)
Serviços prestados por terceiros		(242.405)	(119.960)
Impostos e taxas		(3.280)	(1.361)
Despesas com trabalhos voluntários	(10)	(11.500)	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(410.058)</u>	<u>(339.101)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

5




ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
(Matriz)
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio líquido			
No início do exercício		3.292.396	2.573.501
Doação de bens patrimoniais	(08.a)	-	1.058.109
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(113)
Superávit (déficit) do exercício		(410.058)	(339.101)
No final do exercício	(07)	<u>2.882.338</u>	<u>3.292.396</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
(Matriz)
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	2019	2018
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	272.326	450.257
Receitas próprias	203.350	406.433
Doações	60.496	21.951
Receitas financeiras	8.480	21.873
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	351.627	502.309
Serviços de terceiros	242.405	119.960
Despesas administrativas e gerais	109.222	382.349
VALOR ADICIONADO BRUTO	(79.301)	(52.052)
RETENÇÕES	327.477	285.688
Depreciação	(05) 327.477	285.688
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(406.778)	(337.740)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(406.778)	(337.740)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(406.778)	(337.740)
Pessoal e encargos	-	-
Impostos, taxas e contribuições	3.280	1.361
Superávit (déficit) do exercício	(410.058)	(339.101)

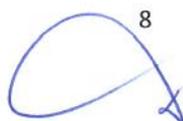
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
(Matriz)
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(410.058)	(339.101)
Depreciação e amortização	(05) 327.477	285.688
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.057.996
Resultado ajustado	(82.581)	1.004.583
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Adiantamentos diversos	10.440	-
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(99.981)	(292.936)
Fornecedores	101	3.591
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(172.021)	715.238
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(08) (14.022)	(1.058.109)
Baixas do ativo imobilizado	-	113
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(14.022)	(1.057.996)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(186.043)</u>	<u>(342.758)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	403.370	746.128
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>217.327</u>	<u>403.370</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(186.043)</u>	<u>(342.758)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

8

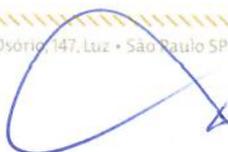





ASSOCIAÇÃO DE CULTURA,
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTA MARCELINA

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
CNPJ 10.462.524/0001-58**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018



1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos. Que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude, adultos e idosos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Todas as ações administrativa da ASSOCIAÇÃO na execução de seus ojetivos institucionais se caracteriza como promoção beneficente de assistência social e filantrópica ao atendimento de suas finalidades, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, suas receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades.

No exercício de suas finalidades institucionais, a ASSOCIAÇÃO não faz discriminação de etnia, raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social, nem por aspecto e condição, em qualquer circunstância.

Dentro de suas possibilidade e especialidades, a ASSOCIAÇÃO, pode firmar contratos, convênios e instrumentos de parceria, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para o desenvolvimento de suas finalidades institucionais.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

A ASSOCIAÇÃO tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo General Osório, nº 147, no bairro Santa Efigênia (CEP 01213-010), podendo abrir e fechar Filiais em todo o Território Nacional.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC),

em especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

i. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018.

ii. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iii. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

iv. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

v. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma

obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4 Recursos vinculados a projetos

	2019	2018
Recursos Livres – Associação (a)	217.327	403.370
Total	<u>217.327</u>	<u>403.370</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2019			2018
		Depreciação			
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.058.109	(42.780)	1.015.329	1.057.654
Equipamentos	10%	150.543	(66.379)	84.164	99.218
Móveis e utensílios	10%	38.214	(28.006)	10.208	14.029
Instrumentos musicais	10%	2.677.913	(1.115.751)	1.562.162	1.814.417
Total		<u>3.924.779</u>	<u>(1.252.916)</u>	<u>2.671.863</u>	<u>2.985.318</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos no início do exercício	<u>2.985.318</u>	<u>2.213.010</u>
Adições		
Imóveis	-	1.058.109
Instrumentos Musicais	14.022	-
Baixas líquidas	-	(113)
Depreciações	<u>(327.477)</u>	<u>(285.688)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>2.671.863</u>	<u>2.985.318</u>

6 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a Diretoria da Associação não é remunerados.

7 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2019, o Patrimônio Líquido é de R\$ 2.882.338.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelina", conforme for fixado pela Assembléia Geral.

8 Doações recebidas

As seguintes doações foram recebidas durante o exercício:

(a) Classificadas no patrimônio líquido:

<u>Descrição</u>	2019	2018
Doação conjunto edifício mercantil finasa	-	1.058.109
Total	=	<u>1.058.109</u>

(b) Classificadas no resultado:

<u>Descrição</u>	2019	2018
Doação pessoas físicas e jurídicas	60.496	21.951
Total	<u>60.496</u>	<u>21.957</u>

9 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados

suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

10 Trabalho Voluntário

Em observação a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.409/12, ITG 2002 a entidade registrou o montante de R\$ 11.500,00 com trabalhos voluntários no exercício de 2019. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receita no grupo de receita operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

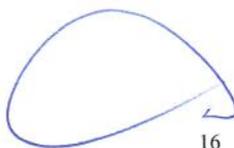
* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Rodrigo Ronald H. Silva
CRC nº 1SP-290165/O-2



16